

Gestão dos incêndios florestais no contexto das alterações climáticas

SUMÁRIO

Gestão dos incêndios florestais no contexto das alterações climáticas (Sumário executivo)

O texto integral do relatório está disponível em inglês:

OECD (2023), *Taming Wildfires in the Context of Climate Change*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/dd00c367-en>.

A frequência e a gravidade dos incêndios florestais, bem como a duração da época de incêndios, estão a aumentar em muitas regiões do mundo. A ocorrência de incêndios florestais extremos, que são eventos de incêndios florestais particularmente graves em termos de dimensão, duração, intensidade e impactos, também está a aumentar. Na Austrália, a frequência média de incêndios florestais duplicou desde 1980. Nas florestas do oeste dos Estados Unidos, a gravidade dos incêndios florestais, que é o grau de impacto no ecossistema e dos danos causados por um incêndio florestal, aumentou oito vezes entre 1985 e 2017. A duração da época anual de incêndios aumentou 27 %, a nível global, desde 1979.

As alterações climáticas estão a exacerbar o risco de fogos florestais. Temperaturas atmosféricas mais altas, padrões variáveis de precipitação, secura da paisagem e alterações nos padrões de vento e de queda de raios aumentaram o risco de incêndios florestais. Estima-se que as alterações climáticas tenham duplicado a área total de floresta queimada no oeste dos Estados Unidos, entre 1984 e 2015. Calcula-se que o clima extremo de incêndio que facilitou os incêndios florestais na Austrália em 2019-2020 seja pelo menos 30 % mais provável devido às alterações climáticas. Além disso, as emissões de incêndios florestais extremos alimentam as alterações climáticas, o que, por sua vez, aumenta ainda mais a frequência, a dimensão e a gravidade dos eventos de incêndios florestais, criando um ciclo de *feedback* entre as alterações climáticas e os incêndios florestais extremos.

Práticas insustentáveis de utilização da terra e a degradação ambiental afetaram a resiliência dos ecossistemas naturais contra incêndios florestais. A desflorestação e a drenagem das turfeiras agravam as condições de seca e aumentam a inflamabilidade da paisagem, contribuindo assim para a ocorrência de incêndios florestais extremos em países como Brasil e a Indonésia. Determinadas práticas agrícolas e florestais também aumentam o risco de incêndios florestais, conforme evidenciado em 2017 em Portugal, onde o eucalipto não nativo forneceu combustível altamente inflamável. Geralmente, a atividade humana

é o principal gatilho da ignição de incêndios florestais, sendo responsável por quase 70 % da área total queimada a nível global.

Os incêndios florestais extremos causam perturbações sociais, ambientais e económicas significativas. Os seus custos sociais vão muito além das vidas perdidas e causam impactos generalizados na saúde. Por exemplo, a nível global, a poluição do ar induzida por incêndios florestais está associada a 340.000 mortes prematuras, anualmente. Os incêndios florestais extremos podem causar danos duradouros e potencialmente irreversíveis ao ecossistema. Após os incêndios florestais de 2017 no Chile, quase 40 % dos *habitats* criticamente ameaçados foram danificados, e a área cuja vegetação não voltou a crescer após um incêndio florestal quase dobrou entre os anos 2000 e 2011 em certas regiões dos Estados Unidos. Os impactos económicos dos incêndios florestais extremos também estão a atingir níveis sem precedentes. O incêndio *Camp Fire* da Califórnia, em 2018, causou 19 mil milhões de dólares em custos diretos, enquanto que os incêndios florestais de 2019-2020 na Austrália causaram cerca de 23 mil milhões de dólares.

Como é que os países estão a fortalecer a sua resiliência face ao risco de incêndios florestais, e que lições podem ser tiradas?

Em resposta à crescente ocorrência de incêndios florestais extremos, os países afetados aumentaram a sua preparação para emergências e a sua capacidade de resposta. Nos últimos 10 a 20 anos, os países afetados aumentaram em até quatro vezes os recursos para combater os incêndios florestais. No entanto, os incêndios florestais cada vez mais extremos evidenciaram os limites do combate para conter os danos. Alguns incêndios florestais extremos podem levar meses até serem extintos, sobrecarregando os recursos de combate a incêndios e limitando a sua eficácia para conter os impactos dos incêndios florestais. A deflagração de vários incêndios simultâneos aumenta o risco de fatalidades. Isto destaca a importância de os países fortalecerem as suas medidas *ex ante* de redução do risco de incêndios florestais:

Melhorar a gestão da floresta e da vegetação

Os ecossistemas saudáveis são mais resilientes e menos propensos à ignição e propagação de incêndios florestais. A proteção e recuperação de florestas e turfeiras degradadas tornaram-se um elemento-chave nos esforços de prevenção de incêndios florestais de muitos países. A Costa Rica, a Indonésia, a África do Sul e os Estados Unidos estão a trabalhar no sentido de proteger e regenerar florestas e turfeiras, com o objetivo de reduzir o risco de incêndios florestais. São necessários esforços adicionais para conter a utilização ilegal e insustentável da terra, inclusive intensificando os esforços de monitorização e fiscalização.

Gerir a acumulação de vegetação na interface florestal-urbana é crucial, pois reduz a quantidade em excesso de combustível disponível. A acumulação de combustível pode ser gerida através de fogos prescritos e da criação de zonas tampão e intervalos de combustível. Os fogos prescritos são habitualmente utilizados em alguns países, como a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos. A criação de intervalos de combustível e zonas tampão é cada vez mais exigida pelas autoridades governamentais, mas enfrenta barreiras em termos de implementação local e capacidades de fiscalização.

Adaptar o ambiente de construção

Os códigos e padrões de planeamento de utilização da terra e da construção são essenciais para proteger vidas e ativos e atividades económicas, e desempenham um papel fundamental para conter os riscos e impactos extremos dos incêndios florestais. Os impactos sociais e económicos significativos resultantes dos recentes incêndios florestais extremos revelaram lacunas na monitorização e fiscalização, destacando a necessidade de abordar questões de conformidade.

A vulnerabilidade dos ativos e das redes de infraestrutura face aos incêndios florestais é um fator determinante para a resiliência de toda a sociedade aos incêndios florestais. Como resultado, os países começaram a desenvolver regulamentos para exigir que os proprietários e operadores de infraestruturas cumpram as regras de segurança contra incêndios e desenvolvam planos de contingência. No entanto, os regulamentos de incêndios florestais geralmente ficam para trás, e as medidas tomadas pelas partes interessadas nas infraestruturas permanecem voluntárias.

Aumentar a capacidade de gestão de incêndios florestais

Para informar as novas necessidades de prevenção de riscos de incêndios florestais, são necessárias melhores avaliações de risco de incêndios florestais. Informações atualizadas sobre risco, exposição e vulnerabilidade a incêndios florestais e a integração de modelos de impacto das alterações climáticas podem ajudar a avaliar melhor o risco futuro de incêndios florestais, além de informar efetivamente as decisões em matéria de prevenção e preparação para riscos de incêndios florestais.

Um esforço de todo o governo é fundamental para melhorar a prevenção do risco de incêndio florestal. Os gestores florestais e fundiários, os operadores de infraestruturas críticas, as agências de planeamento do território, os serviços meteorológicos, os ministérios da agricultura, as agências de proteção civil, os governos locais e os proprietários privados, têm todos um contributo crucial a dar, em termos de prevenção de incêndios florestais. A coordenação, a colaboração e a troca de conhecimento entre setores e níveis de governo têm de ser reforçadas. As iniciativas para criar órgãos centrais de coordenação, como a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, em Portugal, podem constituir soluções de governança eficazes.

A prevenção do risco de incêndio florestal também exige financiamento adequado. Embora se observe em todos os países um forte reconhecimento da necessidade de investir na prevenção do risco de incêndios florestais, o aumento do financiamento até à data beneficiou principalmente a preparação para emergências e as capacidades de resposta. Deve ser assegurado financiamento público suficiente e estável para a prevenção de incêndios florestais, juntamente com uma concentração cuidadosamente considerada de investimentos privados na prevenção de incêndios florestais.



From:
Taming Wildfires in the Context of Climate Change

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/dd00c367-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2023), "Sumário executivo", in *Taming Wildfires in the Context of Climate Change*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/d3271399-pt>

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.

Para maiores informações:

OECD (2023), *Taming Wildfires in the Context of Climate Change*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/dd00c367-en>.



oe.cd/cc-wildfires



oe.cd.adaptation@oecd.org



[@OECD_ENV](https://twitter.com/OECD_ENV)



[OECD Environment](https://www.linkedin.com/company/oecd-environment)

